



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**Deliberação CONSEMA 19/2011.**

**De 25 de maio de 2011.**

**283ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA.**

*Aprova relatório de GT sobre revisão dos padrões da qualidade do ar*

O Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA, no exercício de sua competência legal, em especial das atribuições que lhe conferem os incisos 1 e 2 do artigo 2º da Lei 13.507/2009, e levando em conta os termos da Deliberação CONSEMA 22/2009, **deliberou**:

**Artigo 1º** - Aprova o Relatório do Grupo Interinstitucional – Revisão dos Padrões de Qualidade do Ar e Aprimoramento da Gestão Integrada da Qualidade do Ar no Estado de São Paulo, com as propostas que dele constam.

**Parágrafo único** - No item P2 – Prazos, às fls. 16, onde se lê: “Meta Intermediária 2 (M2): Prazo será definido com base nas avaliações realizadas na primeira etapa (M1).”, leia-se: “Meta Intermediária 2 (M2): Prazo de duração a ser definido pelo CONSEMA a partir do início de sua vigência, com base nas avaliações realizadas na primeira etapa (M1)”.

**Artigo 2º** - Reitera a necessidade de adequar concomitantemente à legalização dos Padrões de Qualidade do Ar e respectivos prazos, constantes das propostas P1 e P2 do relatório aprovado pelo artigo 1º, as normas e os sistemas de informação da SMA/CETESB constantes das propostas P5 e P6 do referido relatório.

**Artigo 3º** - Recomenda que a necessária proposta de regulamentação a ser apresentada contemple os padrões e prazos referidos no artigo 2º e um Plano de Políticas Públicas Integradas a ser implementado pelo Governo do Estado, considerando minimamente as seguintes diretrizes e estratégias:

- 1) As ações de controle para atingimento dos Padrões de Qualidade do Ar, alterados, devem estar baseadas num inventário atualizado das fontes físicas e móveis de emissão atmosférica, conforme ressaltado na proposta P4 do relatório aprovado pelo artigo 1º;
- 2) A definição dos dados de qualidade do ar, obtidos na avaliação dos poluentes, por meio de estações de monitoramento, atuais e futuras, que servirão de base para a constatação do cumprimento dos padrões, deverá considerar o uso e a ocupação do solo em conjunto com as características da região monitorada. Nesse sentido, as estações de monitoramento de qualidade do ar deverão apresentar uma escala de representatividade espacial de uma ou mais, a critério da CETESB, das seguintes categorias: microescala, média-escala, bairro e urbana.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

- 3) A matriz de transporte do Estado deverá priorizar o incremento da eficiência energética e a redução das emissões atmosféricas por fontes móveis. Para tanto, deverá ser desenvolvido um Plano Estadual de Transportes Sustentáveis que estabeleça diretrizes de longo prazo para as políticas públicas do setor.
- 4) A matriz de energia do Estado deve priorizar o uso de fontes alternativas renováveis que contribuam também, temporal e/ou espacialmente, para a redução das emissões dos poluentes atmosféricos regulamentados;
- 5) A atualização do sistema de informação e ampliação das formas de divulgação à sociedade.

**Artigo 4º** - As Secretarias de Meio Ambiente, de Saúde e de Desenvolvimento Econômico deverão apresentar, no prazo de sessenta (60) dias, minuta de decreto para que o Estado adote os padrões sugeridos no relatório, levando em consideração os cenários e as conclusões nele constantes.

**Bruno Covas**  
**Secretário de Estado do Meio Ambiente**  
**Presidente do Consema**

**GSF**